

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

A PRIVATIZAÇÃO COMO DISPOSITIVO DA ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO

Marília Gouvea de Miranda

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4829>

Submetido em: 2022-10-05

Postado em: 2022-10-06 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A PRIVATIZAÇÃO COMO DISPOSITIVO DA ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO

MARÍLIA GOUVEA DE MIRANDA¹

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1947-2545>

mgmiranda8888@gmail.com

RESUMO: O artigo discute a privatização da educação a partir de um estudo mais amplo de natureza teórica, cuja finalidade é apreender o curso da educação no Brasil na perspectiva dos desenvolvimentos do capitalismo contemporâneo. Compreende, portanto, os processos de privatização como desdobramentos das particularidades do atual sistema de acumulação do capital, especialmente no que concerne ao seu alcance e avanço sobre ativos, como a educação pública, que até então estavam mais à margem dos cálculos de lucratividade. É dessa perspectiva que é proposto o exame da fertilidade e dos limites do conceito de acumulação por espoliação de David Harvey para a discussão da tese de que a privatização da educação deriva do processo de acumulação do capital em curso. O caráter espoliador ou expropriador do capitalismo em seu estágio atual tem a privatização como um de seus mais importantes dispositivos, seguramente o mais devastador. Os nexos dessa proposição são considerados a partir do imperialismo, em particular em sua etapa neoliberal, no contexto do enfrentamento das crises sistêmicas do capital.

Palavras-chave: privatização da educação; acumulação por espoliação; imperialismo.

PRIVATIZATION AS A MECHANISM OF ACCUMULATION BY DISPOSSESSION

ABSTRACT: This article discusses the privatization of education based on a broader theoretical study with the purpose of understanding the educational path in Brazil from the development of contemporary capitalism perspective. Therefore, it understands the privatization processes as the development of the current system of capital accumulation particularities, especially regarding its impact and advance on assets such as public education, which had been on the edge of profit calculations. From this perspective, the possibilities and the limits of the concept of accumulation by dispossession, proposed by David Harvey's, are brought up for the discussion that the privatization of education derives from the ongoing process of capital accumulation. The dispossessing or expropriating character of capitalism in its current stage has the privatization as one of its most important devices, unarguably the most devastating. The connections for such a proposal are considered from the point of view of imperialism, particularly in its neoliberal stage, within the confrontational context of the capital systemic crisis.

Keywords: privatization of education; accumulation by dispossession; imperialism

LA PRIVATIZACIÓN COMO DISPOSITIVO DE ACUMULACIÓN POR DESPOSESIÓN

RESUMEN: El artículo examina la privatización de la educación a partir de un estudio ampliado con la finalidad de aprehender el curso de la educación brasileña en el contexto del desarrollo del capitalismo contemporáneo. Consecuentemente, se analizan los procesos de privatización como una característica del actual sistema de acumulación capitalista, especialmente en cuanto a su alcance y penetración sobre activos, tal como la educación pública, que hasta entonces estaban al margen de los cálculos de la rentabilidad. Desde esta perspectiva se propone el examen de la fecundidad y los límites del concepto de acumulación por desposesión de David Harvey. Se examina la tesis sobre la privatización de la educación

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia, Goiás (GO), Brasil.

como consecuencia del proceso de acumulación en desarrollo. La naturaleza expoliadora y expropiadora del capitalismo en su actual etapa tiene la privatización como uno de sus más importantes recursos, y probablemente también el más devastador. Esta propuesta es considerada a partir del imperialismo, especialmente en su fase neoliberal teniendo presente el enfrentamiento y la crisis sistémica del capital.

Palabras clave: privatización de la educación, acumulación por desposesión, imperialismo.

INTRODUÇÃO

A consideração da privatização da educação a partir dos desenvolvimentos do capitalismo contemporâneo exige compreender programas e políticas educacionais específicos como desdobramento das particularidades do atual sistema de acumulação do capital. Face às crises sistêmicas e sucessivas que vem enfrentando ao longo de décadas, a acumulação do capital alcançou ativos como a educação pública, que até então estavam à margem dos cálculos de lucratividade. Dessa perspectiva, a privatização da educação está inscrita nas condições e possibilidades do avanço do capitalismo de modo avassalador e de intensidade extremada.

Em conformidade com Theresa Adrião (2018, p. 9), pode-se entender o processo de privatização da educação como um conjunto de “medidas que têm subordinado, direta e indiretamente, a educação obrigatória aos interesses de corporações ou de organizações a estas associadas”. Em um estudo sobre as formas de privatização na educação básica, ela fez um amplo e elucidativo mapeamento de políticas e programas de privatização em curso no Brasil nas últimas duas décadas, tomando por referência três dimensões: a oferta educacional, a gestão da educação e o currículo. Em linhas gerais, essas dimensões foram assim caracterizadas: a privatização da oferta educacional, pelo financiamento público a organizações privadas; pelo aumento de matrículas em escolas privadas; e pela introdução de políticas e programas de escolha parental. A dimensão da privatização da gestão da educação referiu-se aos âmbitos da privatização da gestão educacional e da privatização da gestão escolar. E, finalmente, quanto à privatização do currículo, a ela concerniram os processos mais estritamente pedagógicos (ADRIÃO, 2018). Essas dimensões sintetizam parte substantiva da malha de políticas e programas de privatização que ameaçam a sobrevivência da educação pública em nosso país, ainda mais agravada após o golpe de Estado de 2016.

Se os processos de privatização da educação em curso no âmbito das políticas educacionais nacionais revelam o caráter singular dos rumos da educação em um determinado país, como é o caso do Brasil, é importante ter em conta que eles são também expressões particularizadas de determinações universais. Impõe-se, assim, o desafio de desvendar essa dialética entre o singular e o universal sem incorrer nos mecanicismos funcionais de primeira hora e tampouco nas abstrações que encobrem os desdobramentos concretos da história. Esse é um desafio a ser enfrentado frente à exigência de articular o problema da privatização aos desenvolvimentos do capitalismo contemporâneo. E aqui se cruzam duas direções em desenvolvimento: a referência ao capitalismo contemporâneo, que indica, precisamente, tratar-se do estágio mais atual do imperialismo; e a particularidade desse período, que é o avanço do capital sobre setores antes a cargo do Estado, como a educação e a saúde, seja por meio da incorporação desses setores ao mercado ou pela introdução de novas e diversificadas formas de expropriação.

Essas duas direções movimentam a afirmação de que os processos de privatização constituem uma característica essencial da acumulação do capital na contemporaneidade e, de pronto, o

exame da validade dessa proposição requer considerações sobre o imperialismo, em particular o imperialismo contemporâneo, assim como sobre o processo de acumulação de capital perante as crises sistêmicas do capitalismo.

É nesse âmbito que se inscreve a importante contribuição do geógrafo marxista David Harvey, que cunhou o conceito de acumulação por espoliação (*accumulation by despossession*, no original) para designar uma característica do processo de acumulação do capital, que inclui, entre mais, a corporatização, a mercadificação e a privatização de ativos até então públicos como uma de suas principais características. Esse conceito, tanto na sua fertilidade própria quanto na crítica aos seus limites apontados no debate que suscita, pode contribuir para atualizar o desafio de apreender a articulação entre os processos de privatização e a acumulação do capital e os desdobramentos dessas direções na compreensão e no enfretamento da privatização no campo educacional.

A DINÂMICA REPRODUTIVA DO IMPERIALISMO NEOLIBERAL

Compreender o imperialismo exige recorrer a Lênin, em *O imperialismo - fase superior do capitalismo* (LÊNIN, 2011), escrito em 1916, para apreender não apenas sua fase inicial, mas também, numa perspectiva de continuidade e ruptura, reconhecer algumas de suas características distintivas que se preservam até o presente:

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação de monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 2011, p. 218).

Os mais característicos traços do imperialismo estão aí identificados por Lênin: a constituição de monopólios que põe fim à fase concorrencial do capital; a ascensão do capital financeiro, que advém da fusão entre capital industrial e bancário; a prevalência da exportação de capitais sobre a exportação de bens, que tem por consequência o aprofundamento do desenvolvimento desigual entre países; a partilha econômica do mundo entre os países exportadores de capital; e a partilha de território. Já aí, em face da constituição de monopólios e de guerras entre países imperialistas pelo controle de territórios, Lênin assinala as suas consequências na complexificação da luta de classes.

Desde então, transcorrido mais de um século, é preciso compreender como e em que medida essas estruturas e processos estão superados ou se atualizam no imperialismo contemporâneo. Entre rupturas e continuidades, é certo que, tomando o período histórico considerado por Lênin e o atual, está em curso uma diferença qualitativa no que se refere ao alcance das crises do capitalismo, “já que no século XXI a crise que enfrenta o capitalismo, o imperialismo, a humanidade, é uma crise civilizatória que o capitalismo engendrou e aprofunda” (MORALES, 2016, p. 2). Se Lênin prenunciou a perspectiva das crises que se sucederiam, as crises a partir da década de 1970 foram circunscritas por novas determinações históricas do capital, com dimensões econômicas, políticas e sociais em âmbito planetário: um período neoliberal, de prevalência do capital financeiro em uma economia globalizada, com um sistema monetário desmaterializado, no compasso de uma revolução tecnológica sem precedentes e de uma reestruturação produtiva.

Em *O novo imperialismo* (2014), publicado em 2003, com o objetivo de examinar a condição do capitalismo global face aos acontecimentos daquele momento, Harvey parte da distinção que Giovanni

Arrighi (1996) estabelece entre uma lógica “territorial” e uma lógica “capitalista” do poder, para definir uma variedade do imperialismo, o “imperialismo capitalista”, como uma fusão entre essas duas lógicas muito distintas, e ao mesmo tempo entrelaçadas e contraditórias, que se expressam em uma “política do Estado e do império” e nos “processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (HARVEY, 2014, p. 31).

Com a primeira expressão desejo acentuar as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado (ou por algum conjunto de Estados que funcionam como bloco de poder político) em sua luta para afirmar seus interesses e realizar suas metas no mundo mais amplo. Com esta última expressão, concentro-me nas maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais (tais como Estados ou blocos regionais de poder) ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante. (HARVEY, 2014, p. 31-32)

O imperialismo capitalista se distinguiria, assim, de outras variantes do imperialismo pela predominância da lógica capitalista sobre a lógica territorial - ainda que esta possa eventualmente vir a prevalecer, fazendo do controle territorial um meio necessário à acumulação do capital. O confronto entre essas duas lógicas provoca as seguintes indagações:

como pode a lógica territorial do poder, que tende a estar desajeitadamente fixada no espaço, reagir à dinâmica espacial aberta da acumulação interminável do capital? E que implicações tem esta última para a lógica territorial do poder? Inversamente, se a hegemonia no sistema mundial é uma propriedade de um Estado ou de um conjunto de Estados, como pode a lógica capitalista ser administrada de modo a sustentar o hegemom [líder]? (HARVEY, 2014, p. 36)

Harvey recorre à afirmação de Hannah Arendt, em seu estudo sobre o imperialismo, de que “o processo ilimitado de acúmulo de capital necessita de uma estrutura política de ‘poder ilimitado’” (ARENDETT, 2012, p. 212) para reiterar que, se a acumulação ilimitada do capital requer uma busca irrefreável de seu poder, isso pode implicar um excesso de extensão e abrangência que compromete a própria sustentação da hegemonia requerida. De resto, no confronto entre as lógicas territorial e capitalista do poder, o poder político “é sempre constituído por alguma combinação instável de coerções, emulações e exercício de liderança mediante o desenvolvimento do consentimento”, o que exige uma base material para se sustentar, como “o dinheiro, a capacidade produtiva e a força militar”, pilares da hegemonia capitalista, cujas configurações são também “mutáveis e instáveis” (HARVEY, 2014, p. 43).

Buscando, sobretudo, compreender como o poderio dos Estados Unidos se constituiu e se expandiu, Harvey passa então a analisar as mudanças das bases materiais de hegemonia do imperialismo estadunidense a partir do final do século XIX, considerando três períodos: a ascensão dos imperialismos burgueses (1870 a 1945); o pós-guerra da hegemonia dos Estados Unidos (1945-1970); e a hegemonia neoliberal (a partir de 1970). Essa última etapa neoliberal do imperialismo também se modificou ao longo das últimas quase cinco décadas, com destaque para dois acontecimentos a partir dos primeiros anos do século XX. Ressalte-se, primeiro, a reação dos Estados Unidos aos ataques sofridos em 11 de setembro de 2001, que resultaram em sucessivas ocupações neocoloniais (como no Afeganistão e no Iraque), o que, no governo Bush, contou com o apoio de parte de “uma singular coalização de militaristas, neoconservadores e cristãos fundamentalistas” (MUSSE, 2014, p. 63). Depois, do ponto de vista econômico, sobreveio a crise de 2007-2008, que se refletiu no próprio processo de acumulação do capital,

comparável às grandes depressões do fim do século XIX e da década de 1930, por seu caráter sistêmico, prolongado e irregular no que se refere ao modo pelo qual atingiu diferentes países (CALLINICOS, 2011).

Destaca-se na análise de Harvey sobre a trajetória do imperialismo a contraposição à noção de Lênin de que o imperialismo seria uma última fase do capitalismo, apoiando-se uma vez mais em Arendt (2012, p. 206), para quem o imperialismo se constitui como “o primeiro estágio do domínio político da burguesia e não o último estágio do capitalismo”, processo que demarcaria a emancipação política da burguesia. Com efeito, no período de 1870 a 1945, os capitais excedentes da Europa foram compelidos para o exterior, formando uma imensa onda de investimentos e comércio especulativos, que pressionaram os Estados a responderem à essa lógica expansionista. O poder político burguês no âmbito dos Estados europeus consolida-se, assim, como “uma pré-condição necessária a uma orientação da política territorial segundo os requisitos da lógica capitalista” (HARVEY, 2014, p. 44). Seria necessário enfrentar, entretanto, a ideia de nação fortalecida pela criação das nações-Estado, que eram pouco receptivas ao expansionismo imperialista. O resultado foi o desenvolvimento de “uma variedade de imperialismos burgueses fundados na nação e, por conseguinte, de caráter racista” (HARVEY, 2014, p. 45), com desdobramentos como, entre mais, o extenso período de crises e de guerras entre imperialismos rivais, a divisão territorial do globo com a violenta exploração e pilhagem dos recursos do mundo por parte das potências imperialistas, além da difusão de doutrinas de superioridade racial. Desse processo afluíu a hegemonia do imperialismo dos Estados Unidos no pós-guerras, cujo domínio aparece dissimulado sob “um universalismo abstrato”, “um universalismo da propriedade privada e dos direitos individuais”, em que se atribui a condição de “pináculo da civilização e um bastião dos direitos individuais” (HARVEY, 2014, p. 53). A partir dos anos de 1970, as feições do imperialismo foram mais uma vez alteradas, refletindo profundas transformações no âmbito econômico, político e social que visavam uma vez mais resolver a crise de acumulação do capital.

O percurso do imperialismo pode, assim, ser compreendido como uma sequência de tentativas e fracassos na resolução das crises de sobreacumulação do capital. A discussão sobre as causas e as consequências das crises constitui, por sua vez, um desafio teórico e prático para os economistas políticos marxistas. Para Harvey, as crises advêm de um processo de sobreacumulação e, como tal, resultam de uma “tendência capitalista crônica, derivada teoricamente de uma reformulação da teoria da tendência de queda da taxa de lucro, de Marx, de produzir crises de sobreacumulação” (HARVEY, 2014, p. 78). Ele se refere aos excedentes de capital e de força de trabalho para os quais não se encontram, aparentemente, possibilidades de que sejam efetivados lucrativamente a fim de realizar atividades socialmente úteis. Para evitar a desvalorização, é, então, necessário descobrir maneiras lucrativas de absorver tais excedentes. A par de considerar que a expansão geográfica e a reorganização espacial proporcionam tal opção, Harvey lembra que mudanças espaciais não podem ser dissociadas de mudanças temporais, que requerem investimentos de capital excedente em projetos de longo prazo. Desse modo, “a produção e a reconfiguração das relações espaciais oferecem um forte meio de atenuar, se não de resolver, a tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo” (2014, p. 78). Ao descrever “como o capital circula no espaço e no tempo para criar sua própria geografia histórica peculiar”, Harvey contrapõe a lógica capitalista à lógica territorial do imperialismo e, ao fazê-lo, busca articular a dialética “entre a política do Estado e do império” e “os movimentos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (2014, p. 78).

Ainda em *O novo imperialismo*, Harvey discute a questão da acumulação por espoliação tomando dois aspectos ressaltados por Rosa Luxemburgo em *A acumulação do capital* (1970). O primeiro, “um processo puramente econômico cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados”, está nos “lugares de produção da mais-valia - na fábrica, na mina, na propriedade agrícola e na circulação de mercadorias”, onde “o direito de propriedade converte-se na apropriação da propriedade alheia, a troca de mercadorias em exploração, a igualdade em dominação de classe”. O segundo aspecto situa-se nas relações entre “o capital e as formas de produção não capitalistas”, onde se manifestam “sem dissimulação, a violência, a trapaça, a opressão, a rapina”, utilizando métodos como “a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra.” (LUXEMBURGO, 1970, p. 398).

Harvey parte, ainda que não inteiramente, dessa compreensão de Luxemburgo, sobretudo da teoria da sobreacumulação, cujo problema fundamental é a falta de oportunidades para o capital auferir rendimentos lucrativos, e, ainda, por consequência, da noção de que “o capitalismo tem de dispor perpetuamente de algo ‘fora de si mesmo’ para estabilizar-se” (2014, p. 118). Segundo o que Harvey chama de “dialética interior-exterior”, o capitalismo pode acionar tanto algo exterior preexistente (“formações sociais não capitalistas ou algum setor do capitalismo – como a educação – que ainda não tenha sido proletarizado”), como pode, de alguma maneira, produzir novas externalizações se elas não estiverem disponíveis.

Nesse ponto, Harvey ressalta uma divergência com a teoria de acumulação de Marx. Segundo ele, para Marx, a “acumulação primitiva” ou “original” já teria ocorrido, assumindo a forma de “reprodução expandida” por meio da exploração de trabalho vivo no processo produtivo. À parte o destaque à genialidade de Marx ao revelar que, por detrás de uma aparente harmonia sugerida pelo ideário liberal, o capitalismo produz níveis profundos de desigualdade social e crescentes e recorrentes instabilidades que se manifestam como crises crônicas de sobreacumulação, Harvey discorda de que “a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência” sejam relegadas a uma etapa original. É aí que se inscreve o conceito de acumulação por espoliação (2014, p. 120).

A ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO

No capítulo de *O capital* dedicado à questão da acumulação primitiva, Marx (2011) assim se refere:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 2011, p. 961).

Um longo movimento histórico, gravado “nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo”, transformou produtores em trabalhadores assalariados - “vendedores de si mesmos depois de terem sido roubados de todos os seus meios de produção” – e levou à ascensão dos capitalistas industriais (MARX, 2011, p. 962). A ampla gama de processos de acumulação primitiva descritos por Marx é assim sintetizada por Harvey:

Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do

Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. (HARVEY, 2014, p. 121)

Como já mencionado, para Harvey, esses processos de acumulação baseados na atividade predatória e fraudulenta teriam sido relegados por Marx a um momento original que deu lugar à forma de reprodução expandida (ou ampliada) ou, como proposto por Luxemburgo, viriam a se constituir como uma forma “exterior” ao capitalismo. Harvey se contrapõe a essa noção ao defender que todas essas características da acumulação primitiva se atualizam no presente, sendo que alguns mecanismos enfatizados por Marx passaram a desempenhar um papel ainda mais determinante, como, por exemplo, o sistema de crédito e o capital financeiro, que se tornaram fontes de especulação e pirataria.

Para distinguir os processos de acumulação em andamento daqueles identificados por Marx como “primitivos” ou “originais”, Harvey cunha o conceito de acumulação por espoliação. Enfatiza que, para além da atualização de antigos mecanismos, foram criados também novos dispositivos de acumulação, entre outros, a transformação, em mercadoria, de formas culturais, históricas e de criatividade intelectual; os direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado Acordo TRIPS); a biopirataria em benefício da indústria farmacêutica; a destruição de recursos ambientais globais (terra, ar, água) e a onda de privatizações da água e de utilidades públicas de todo gênero; a corporativização e privatização de bens até agora públicos (como setores da educação); a perda de direitos e a regressão de leis destinadas à proteção e à seguridade do trabalhador resultantes de longos processos de lutas de classes que passaram para a exploração privada (HARVEY, 2014, p. 122).

De que maneira a acumulação por espoliação contribuiria para resolver o problema da sobreacumulação? Segundo Harvey, a espoliação por acumulação permite “liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero)” e dar-lhes um uso lucrativo. Ela é, em síntese, um atributo essencial do imperialismo neoliberal, cuja grande realização teria sido “redistribuir, em vez de criar, riqueza e renda” por meio de mecanismos da acumulação por espoliação (HARVEY, 2008, p. 171). Um desdobramento importante dessa acumulação por espoliação, que passa a ser “a contradição primária no âmbito da organização imperialista da acumulação do capital” (HARVEY, 2008, p. 141), seria uma reconfiguração da dinâmica política de “todo o campo da luta anticapitalista, antiimperialista e antiglobalização”, decorrente das “formas difusas, fragmentárias e contingentes que a acumulação por espoliação assume”: “destruição do hábitat aqui, privatização de serviços públicos ali, expulsões de terra acolá, biopirataria em outro domínio – cada qual cria sua dinâmica própria” (HARVEY, 2008, p. 142).

Segue-se, pois, que as lutas no plano da reprodução expandida (que recebeu tanta ênfase da esquerda tradicional) têm de ser vistas em relação dialética com os combates à acumulação por espoliação, que constitui o foco primordial dos movimentos sociais que se abrigam no âmbito dos movimentos antiglobalização e pela globalização alternativa. Se o atual período tem visto a mudança de ênfase passar da acumulação mediante a reprodução expandida para a acumulação por espoliação, e se esta última está no cerne das práticas imperialistas, conclui-se que o balanço de interesses no interior do movimento antiglobalização e pró-globalização alternativa tem de reconhecer na acumulação por espoliação a contradição primária a ser enfrentada. Não deve ele porém jamais fazê-lo ignorando a relação dialética com as lutas no plano da reprodução expandida. (HARVEY, 2008, p. 144)

Adiante, em *O neoliberalismo: história e implicações*, ao qualificar o processo de neoliberalização, Harvey (2008) retoma o conceito de acumulação por espoliação, e expõe suas principais características: privatização e mercadificação; financeirização; administração e manipulação de crises; e redistribuição via Estado. Ao tratar da privatização e mercadificação e, também, da corporatização de ativos até então públicos, Harvey os descreve como “marca registrada do projeto neoliberal”: por meio da privatização e mercadificação “de tudo” ocorre a “transferência de ativos de domínio público e popular aos domínios privados e de privilégio de classe” (HARVEY, 2008, p. 173). A financeirização diz respeito à lógica especulativa e predatória do sistema financeiro. Entre outros expedientes, a financeirização prosperou por meio da abertura, para o grande capital, de setores até então sob o controle do Estado ou do capital nacional. Em condições de administração e manipulação das crises, por sua vez, Harvey ressalta que a manipulação financeira neoliberal leva, para além das bolhas especulativas, muitas vezes fraudulentas, a “uma sofisticada arte de redistribuição deliberada de riqueza de países pobres para países ricos”, que conduzem, inexoravelmente, às “transferências de propriedade e poder a quem mantém intactos os seus ativos e tem condições de criar crédito” (HARVEY, 2008, p. 175). Por fim, no que se refere às redistribuições via Estado, Harvey lembra que o Estado neoliberal, com seus mecanismos de controle social, com ou sem violência manifesta, é “o principal agente de políticas distributivas”, agindo por meio de “esquemas de privatização e cortes de gastos públicos que sustentam o salário social” e, por meio de revisões de códigos tributários e de redirecionamento de verbas públicas em benefício de setores privados, entre outros (HARVEY, 2008, p. 176 e passim).

A acumulação por espoliação, assim caracterizada por meio desse arsenal de dispositivos descritos por Harvey, revela a prevalência da privatização como seu traço fundamental, como parecem atestar os desenvolvimentos das políticas educacionais em curso não apenas no Brasil, mas em boa parte do mundo, cujas consequências são demolidoras para um projeto de educação pública voltada aos interesses dos trabalhadores. É nessa direção que a elucidação da questão da privatização da educação poderá ser beneficiada pela análise dos processos de acumulação por espoliação.

É importante ter em conta, entretanto, que o conceito de acumulação por espoliação tem recebido muitas críticas por parte de autores de fundamentação marxista (entre outros, WOOD, 2006; 2014; BATOU, 2015; DAS, 2017; FONTES, 2010, PAULANI e ALMEIDA FILHO, 2011). Uma boa parte dessas críticas volta-se para a contraposição que Harvey estabelece, ao destacar os novos mecanismos de acumulação, entre o conceito de acumulação por espoliação e o de acumulação primitiva de Marx. Entre os autores brasileiros, cabe destacar Virgínia Fontes, cujas críticas contribuem para a apreensão da radicalidade das contradições materiais que se criam e recriam, desafiando a síntese pretendida no conceito. Em *O Brasil e o capital-imperialismo – teoria e história*, de 2010, Fontes discute os fundamentos e os desenvolvimentos da dinâmica de concentração/expropriação do capital-monetário atual:

O aumento da concentração e centralização do capital agudizou de maneira extrema e contraditória o papel da pura propriedade capitalista diante de qualquer outra injunção social, humana ou ambiental. Estamos diante da mais extrema potencialização da propriedade capitalista tout court, que se torna abstrata, desigualitariamente socializada e extremamente destrutiva. (FONTES, 2010, p. 146).

Apesar de admitir semelhanças entre a sua compreensão sobre o caráter destrutivo do capital e a posição de Harvey, Fontes destaca algumas diferenças, sendo as mais importantes a contraposição

que ele faz entre expropriação e espoliação e a questão da produção de externalidades. Retomando a interpretação de Harvey sobre a acumulação primitiva, Fontes discorda que se possa sustentar em Marx uma dualidade entre um capitalismo normalizado e um capitalismo predatório, por se referirem a formas de conexão peculiares a cada momento histórico em que as forças capitalistas dominantes subalternizam populações “sob relações desiguais, mas imbricadas, utilizando ou recriando formas tradicionais como trampolim para sua expansão” (2010, p. 64).

A violência primordial do capital é permanente e constitutiva: a produção em massa da expropriação, sob formas variadas, em função da escala da concentração de capitais, jamais se reduziu ou “normalizou” em escala mundial. Mais ainda: esse fenômeno não resulta necessariamente de uma coexistência entre países capitalistas (“normalizados”) e não capitalistas (primitivos), mas, ao contrário, das formas históricas da expansão desigual do capitalismo, tanto no interior de cada país, quanto entre os países. Todos, porém, respondem crescentemente a uma mesma dinâmica social. (FONTES, 2010, p. 64).

Fontes (2010) destaca também que, face à dualidade estabelecida entre a reprodução expandida e a acumulação por espoliação e à defesa da predominância da segunda sobre a primeira no imperialismo neoliberal e neoconservador, Harvey tende a enfatizar a separação entre os movimentos que põem em causa a luta de classes, defendidos por uma esquerda socialista, e os movimentos que, em escalas variadas, com alvos difusos e formas também difusas, decorrem das características próprias da acumulação por espoliação que, como já citado, são “difusas, fragmentárias e contingentes”. Uma consequência disso seria que:

A contraposição entre as formas de acumulação leva Harvey a não correlacionar as múltiplas expropriações ao gigantesco crescimento da disponibilização de trabalhadores para o capital (“livres como pássaros” como expressou Marx), expandindo-se a classe trabalhadora, cuja unificação atual, ao ocorrer sob o jugo do capital, se dá sob a forma da fragmentação e da competição, na disputa por melhores condições, em situação social dramática. (FONTES, 2010, p. 65)

A segunda contraposição que Fontes faz a Harvey refere-se ao pressuposto da necessidade de uma “exterioridade” para o capital, que o autor recupera de Luxemburgo, dando-lhe uma formulação original: a tese de Harvey é de que um dos elementos que distingue a acumulação por espoliação da acumulação primitiva é a produção de externalidades para assegurar sua expansão. A partir de uma extensa análise, Fontes argumenta que uma decorrência da defesa de uma exterioridade ao capital seria o de admitir um “lado de fora”, quando o que está em causa é uma dinâmica interna de expansão do capitalismo, “exatamente em um período em que a tendência mais dramática é a subordinação de todas as formas de existência ao capital” (FONTES, 2010, p. 73). Por conseguinte, para a autora, o conceito de expropriação, “base fundante da relação social que sustenta a dinâmica capitalista”, seria aquele que melhor permitiria apreender “a dinâmica interna da lógica do capital, como ponto de partida, meio e resultante da concentração de capitais” (FONTES, 2010, p. 74).

Na trilha das interpretações do pensamento marxista trazido para a análise dos desdobramentos contemporâneos do capitalismo, Fontes, a despeito de ressaltar as semelhanças das teses defendidas por ela e por Harvey sobre o caráter expropriador do capital nessa etapa do imperialismo, ao dispor as distinções entre seus fundamentos, sustenta sua análise por meio da reiteração de uma permanente tensão dialética entre algumas antinomias tratadas por Harvey, como entre um capitalismo normalizado e um capitalismo predatório, entre um “lado de fora” e uma dinâmica interna e constitutiva

do capital ou, entre outros, entre a luta de classes e aquela que advém das “múltiplas e dispersas identificações” (FONTES, 2010, p. 65).

Essas distinções têm implicações importantes na confrontação do conceito de acumulação por espoliação, no que se refere à análise do capitalismo na atualidade, ao ressaltar a concepção da relação entre capital e trabalho, que, por sua vez, reverbera na apreensão das condições de exploração do trabalho, no enfrentamento das crises do capital e, sobretudo, na articulação da luta de classes. E, especialmente, a potência das críticas está em nos lembrar e advertir sobre a insuperável contradição na qual se enraízam os desenvolvimentos, processos e estruturas do aparato social e à qual o pensamento dialético impõe radicalidade no trato das determinações históricas e sociais do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O potencial de elucidação de um conceito está referido à totalidade que nele se sintetiza. O conceito é produto do pensamento que se apropria das determinações da realidade e, enquanto tal, é histórico e transitório tanto quanto o é a realidade que lhe dá origem. Enquanto síntese da realidade, o conceito convoca o presente e o passado, o singular e o universal, as rupturas e as continuidades, a contradição, os limites e as possibilidades. Portanto, seu potencial pode residir na abertura para a consideração de desafios postos pela realidade, incluindo aí a arguição dos seus próprios limites lógicos ou históricos. Dessa perspectiva, a discussão de um conceito é sempre a confrontação com as determinações históricas da realidade, que é, afinal, a razão última da afirmação de sua potencialidade ou limites. Assim se compreende e se apresenta o conceito de acumulação por espoliação.

A par de limites e objeções, não se pode negar que esse conceito, que fundamenta grande parte dos estudos de Harvey sobre o capitalismo contemporâneo, tem o grande mérito de demonstrar o caráter predatório da etapa neoliberal do imperialismo, processo que está em curso e cujos devastadores desdobramentos, que afetam todas as dimensões da vida humana, ainda estão por vir. Essa ênfase tem o mérito inestimável de demonstrar como o capitalismo vem enfrentando as crises por meio da destruição “de tudo que é sólido”, repetindo ou criando, num compasso desigual e combinado, formas pretéritas e novas de exploração e acumulação, esvaindo-se no ar tudo o mais que diga respeito à natureza (terra, água, ar e todas as formas de vida); às conquistas civilizatórias históricas, materiais, sociais e culturais; e à sociabilidade humana, nos seus aspectos mais objetivos ou subjetivos.

O caráter espoliador - ou expropriador - do capitalismo contemporâneo tem a privatização como um de seus mais importantes dispositivos, seguramente o mais devastador. É nesse movimento que se inserem os processos de privatização no campo da educação. Seja pela privatização da oferta, da gestão ou dos processos pedagógicos, a exemplo das reformas curriculares, está em franco declínio até mesmo o projeto de fundamento liberal que assegurava a educação como um direito de todos e o comprometimento do Estado com esse princípio.

Foi na direção da compreensão desses processos de privatização como dispositivo de acumulação do capital, não importa quão devastadores e deletérios eles sejam, que o presente artigo pretendeu colaborar para a discussão de suas contradições e possíveis perspectivas de seu enfrentamento. Não há como desconsiderar o capitalismo contemporâneo e seu potencial destrutivo quando está em causa a urgência ética de se contrapor à privatização da educação pública em todas as suas dimensões. Esse é o desafio teórico e prático posto pelos desenvolvimentos dessas contradições no tempo presente.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização na educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>. Acesso em: 01/09/2019.
- ARENDDT, Hannah. Imperialismo. In: *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012. p. 179-412.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
- BATOU, Jean. 2015. Accumulation by Dispossession and Anti-capitalist Struggles: A Long Historical Perspective. *Science & Society* 79 (1): 11–37. <<https://doi.org/10.1521/asis.2015.79.1.11>>
- CALLINICOS, Alex. Decifrando a crise global. *Margem Esquerda: estudos marxistas*, n. 16, p. 23-28, 2011.
- DAS, Raju. David Harvey's theory of accumulation by dispossession: a Marxist critique. *World Review of Political Economy*, v. 8, n. 4, p. 590-616, 2017.<<https://doi.org/10.13169/worldrevipoliecon.8.4.0590>>
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo – teoria e história*. Rio de Janeiro, EPSJV; UFRJ, 2010. Disponível em: < <https://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/o-brasil-e-o-capital-imperialismo-teoria-e-historia>>. Acesso em 21/07/2021.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo, Loyola, 2014.
- HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011. *E-book*.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. Trad. de Muniz Bandeira. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- MARX, Karl. *O capital – Livro 1*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- MIRANDA, Marília G. de. Professores/as no labirinto do neoliberalismo na América Latina. (submetido à publicação).
- MORALES, Josefina. El imperialismo del siglo XXI. *Memória: Revista de crítica militante*, v. 260, n.4, p. 1-10, 2016. Disponível em: <<https://revistamemoria.mx/?p=1302>>. Acesso em 02/08/2022.
- MUSSE, Ricardo. David Harvey: para além de uma geografia do capital. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 55-69, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/yxJM8LRTPLkRSWR4v9xmpxm/?lang=pt>. Acesso em: 15/08/2022.
- PAULANI, Leda. Maria; ALMEIDA FILHO, Niemayer. Regulação Social e Acumulação por Espoliação. *Economia e Sociedade*, v. 20, p. 243-272, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/P65HTX8S5YcSSwBwQMKGd8G/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 31/10/2019.

WOOD, Ellen Meiksins. Logics of power: a conversation with David Harvey. *Revista Historical Materialism*, v.14, n. 4, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/249598942_Logics_of_Power_A_Conversation_with_David_Harvey>. Acesso em: 06/06/2022.

WOOD, Ellen Meiksins. *O império do capital*. São Paulo, Boitempo: 2014.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

A autora declara que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.